

Economistas não acham choque benéfico

SÃO PAULO — O país precisa definir um programa que seja um parâmetro para orientar os agentes econômicos nos próximos meses. Sem esse pré-requisito, torna-se difícil ao governo pensar em qualquer proposta para resolver ou pelo menos amenizar os problemas da economia. Este é um consenso tirado das opiniões de economistas de tendências diversas como Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Paulo Sandroni, assessor do Partido dos Trabalhadores e Marcel Domingos Solimeo, diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, sobre a necessidade ou não de o país voltar ao cenário do ano passado, com a reedição do "Cruzado", ou adotar outra política que tenha como objetivo o controle da inflação.

Os três têm teses diferentes para analisar o momento crítico por que passa a economia, mas acabam concordando em um ponto: um choque heterodoxo, da mesma forma como foi idealizado o "Cruzado I", a 28 de fevereiro de 1986, não seria benéfico ao país. E uma política de controle gradualista parece ser inviável na medida em que o governo não acena com nenhum horizonte no cenário econômico do país, como, por exemplo, a duração do mandato do presidente José Sarney.

— Seria uma alternativa que poderia ser cogitada, desde que se definisse que o mandato do Sarney iria até 1988 ou 1989

— analisa Macedo, para quem não há condições de o governo promover nenhuma mudança de impacto na política econômica imediatamente. — Mesmo porque o novo ministro não tem ainda nem a sua equipe articulada, por estar há poucos dias no comando do Ministério da Fazenda.

O presidente da Ordem dos Economistas acredita que Bresser está, no momento, como um atento observador do cenário econômico para depois tomar as decisões, sentindo principalmente as reações do grupo do PMDB que vem se mostrando hostil às linhas básicas do seu programa.

Nesse ponto, o raciocínio de Macedo coincide com o de Sandroni, que condiciona parte da precipitação de mudanças econômicas ao grau de resistência que o governo encontrar junto aos vários segmentos do funcionalismo público, em relação ao seu plano de acabar com o "gatilho" salarial para os servidores. "O arrocho salarial que o governo planeja poderá ser obtido em um espaço de tempo um pouco maior do que ele espera", prevê Sandroni, que se mostra avesso a qualquer tipo de choque como o governo idealiza. Para ele, o choque é prejudicial porque se parte da premissa de que a posição do salário será desfavorável em relação aos demais preços.

Com esse sistema, observa Sandroni, o governo monta uma estrutura que privi-

legia as altas taxas de juros, deixa os preços dos serviços públicos acima da média inflacionária e faz com que as taxas de câmbio superem a média geral dos preços. "Tudo, para forçar a contração da demanda interna, o aumento do desemprego e a queda real dos salários, abrindo caminho para o país gerar excedentes para exportação e, assim, atender aos compromissos com seus credores internacionais."

Da mesma forma como Sandroni, o economista Marcel Domingos Solimeo critica a possibilidade de o governo adotar um novo choque heterodoxo na economia. "O governo já traumatizou demais a economia, que ainda se encontra em estado de choque", ironiza Solimeo, que vê nas altas taxas inflacionárias um forte argumento para que as autoridades tomem alguma providência imediatamente, "não um novo choque na economia, mas um choque de austeridade nas suas contas".

Solimeo atribui ao presidente José Sarney a maior parcela da responsabilidade dos desacertos na economia, estendendo que é hora de o governo deixar o seu imobilismo e definir um programa concreto, mesmo correndo o risco de fracassar. "Pior é essa indefinição", comenta Solimeo, que adverte para as consequências dessa postura do governo: uma mobilização maior da sociedade por eleições diretas no próximo ano ou a instalação de um regime parlamentarista.